

DA PRESERVAÇÃO E DA DESTRUIÇÃO DO CERRADO: PARADIGMAS EM QUESTÃO

OF THE PRESERVATION AND DESTRUCTION OF THE CERRADO: THE PARADIGMS IN QUESTION

Marcos Augusto Marques Ataídes
Mestrado em Educação pela PUC de Goiás
ataidesmarcos@gmail.com

Wellington Ribeiro da Silva
Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG)
wellribas@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo procura inicialmente demarcar os marcos históricos e os fundamentos teóricos da noção de preservação, ressaltando a ocorrência de discursos críticos da relação homem-natureza antes mesmo da vigência do capitalismo. Num segundo momento, considerando a dinâmica de ocupação do bioma cerrado e sua consequente conversão à lógica produtiva do capitalismo, balizada temporalmente entre as décadas de 1970 e 2010, intenta percorrer e evidenciar as contradições dos discursos ambientalistas, cancelados pelo Estado burguês, bem como, em contrapartida, o desenvolvimento de atividades relacionadas à perspectiva do ecocapitalismo. Infere-se que, apesar da preservação ambiental ser um dos assuntos mais debatidos pela grande mídia na atualidade, as políticas públicas tenderam a favorecer o desenvolvimento de práticas destrutivas no cerrado. Nessa perspectiva o capitalismo produz processos produtivos (e destrutivos) (e aqui não há contradição entre mídia e Estado, uma vez que o discurso preservacionista só amaina a volúpia do capital) como forma de capitalizar e monopolizar os espaços públicos do Cerrado e a criação de uma marca geográfica para determinados produtos.

PALAVRAS-CHAVE: Cerrado; Ambientalismo; Ecocapitalismo; Preservação; Destruição.

ABSTRACT: The following article seeks to initially demarcate the historical milestones and the theoretical foundations of the notion of preservation, highlighting the occurrence of critical discourses of the man-nature relationship even before the validity of capitalism. In a second moment, taking into consideration the dynamics of occupation of the Cerrado biome and its consequent conversion to the productive logic of capitalism, temporally established between the decades of 1970 and 2010, this work tries to show and go through the contradictions of the environmentalist discourses, ratified by the bourgeois state, as well, on the other hand, the development of activities related to the perspective of eco-capitalism. It is inferred that, although environmental preservation is one of the most debated issues by nowadays mainstream media, public policies have tended to favor the development of destructive practices in the Cerrado. Following this perspective, capitalism produces productive (and destructive) processes (and here there is no contradiction between the media and the State, since the

Building the way

preservationist discourse only softens the voluptuousness of capital) as a way to capitalize and monopolize the public spaces of the Cerrado and the creation of a geographical mark for certain products.

KEYWORDS: Cerrado; Environmentalism; Eco-capitalism; Preservation; Destruction.

INTRODUÇÃO: UM BREVE HISTÓRICO SOBRE O “DEBATE AMBIENTAL”

A relação do homem com a natureza, sua dicotomia entre a destruição e a preservação não é fruto do desenvolvimento capitalista atual, mas sim uma longa história relacionada à própria sobrevivência coletiva de vários povos ao longo da história.

Para Foster (2005), a questão epistemológica da natureza e sua preservação evoca a própria filosofia grega, já que nas obras de Epicuro estudadas por Marx, contem noções materialistas dessas questões levantadas no mundo antigo.

[...] a sua filosofia materialista parecia antecipar-se em grau impressionante às descobertas da ciência, e de fato foi extremamente influente entre muitos dos principais cientistas da revolução científica do século XVII e do Iluminismo. As proposições iniciais da Filosofia natural epicurista eram de que “Nada é jamais criado pelo poder divino a partir de nada” e “a natureza... jamais reduz qualquer coisa a nada”. Juntas estas duas proposições constituíam o que agora se conhece como “o princípio de conservação”. (FOSTER, 2005, p 28).

Para Foster (2005) historicizando a questão ambiental percebe que esse princípio de conservação evocado por Epicuro, aparece em outras obras ao longo da história natural. Como exemplo, tem-se nas obras de John Evelyn Sylva, do ano de 1661, um proposital ataque em relação à poluição do ar (Fumifugium) ou na sua obra que defende as florestas, datada em 1664.

Para Foster (2005), essas obras constituem importantes documentos que reconstituem a história da preservação da natureza. Na primeira, a devastação das florestas inglesas é um fator preocupante. Evelyn Sylva, quando argumenta que a segurança da Inglaterra estaria ameaçada devido a destruição da matéria prima essencial para o desenvolvimento da marinha inglesa, denota uma das soluções propostas por ele: a transferência das indústrias de ferro para Nova Inglaterra. Dessa forma, a preservação das árvores da metrópole seria assegurada.

Building the way

Interessante observarmos que essa forma de política de transferência de danos ambientais para outros espaços foi utilizada por várias multinacionais durante o século XX e continuam predominando no atual século. No que tange a poluição atmosférica apresenta-se fortes preocupações relacionadas às indústrias de cerveja, cal, sabão etc., que transformavam o ar insuportável em Londres no século XX.

Considerando as reflexões de Evelyn Sylva, tem-se a originalidade em suas ideias para a época. A culpabilização do egoísmo humano era, segundo ele, as causas desses sérios problemas ambientais. Não obstante serem as soluções sempre pontuais sem análise das consequências geradas pela devastação da natureza a longo prazo.

Nas obras do Geógrafo anarquista Reclus (2010) a questão ambiental assume pressupostos ecológicos. Esse autor, considerado criador do anarcob-naturalismo (busca a harmonia entre a natureza e suas espécies sem a supremacia e de uma sobre a outra), discorda do discurso reinante no século XIX que a natureza serve ao ser humano em primeiro lugar. Ainda contagiado pelo clima otimista acerca da marcha civilizatória que grassava nos meios intelectuais tanto de direita, quanto de esquerda, Reclus considerava que

[...] O homem, verdadeiramente civilizado, compreendendo que seu próprio interesse confunde-se com o interesse de todos e aquele da própria natureza, age completamente diferente. Ele repara os estragos cometidos por seus predecessores, ajuda a terra em vez de encarniçar-se brutalmente contra ela; trabalha pelo embelezamento tanto quanto pela melhoria de sua extensão. Não só sabe, na qualidade de agricultor e de industrial, utilizar cada vez mais os produtos e as forças do globo; ele também aprende, como artista, a dar às paisagens que o cercam mais encanto, graça ou majestade. Tornando “a consciência da Terra”, o homem digno de sua missão assume, por isso mesmo, uma parte de responsabilidade na harmonia e na beleza da natureza circundante. (RECLUS, 2010 p. 53-4).

Para Ferreira (2006), Reclus procura através de suas análises positivistas elevar as questões da natureza a um patamar mais contextualizado na dimensão socioeconômica. Nesse sentido, envolve o modo de produção capitalista e suas consequências no espaço geográfico; analisa a contradição existente entre a capacidade da ciência em realizar as soluções para os problemas sociais e o seu compromisso em relação ao processo de acumulação do capital.

Esses pressupostos naturalistas são quase sempre atravessados por uma visão ecológica, baseada em um equilíbrio ecossistêmico, sempre

dependente e determinado pelo progresso e a evolução positivista da ciência. Claro que a evolução e o próprio progresso poderiam traduzir-se em um retrocesso civilizacional, e até em uma destruição do equilíbrio ecossistêmico, mas tudo isso resultava da ignorância e da estupidez do poder político e religioso que não estão identificados com as leis da ciência e da natureza: “Entre as causas que na história da humanidade fizeram desaparecer sucessivamente tantas civilizações, deveria ser colocada na primeira linha a violência brutal com que todas as nações trataram a terra mãe. Os homens abateram as florestas, deixaram secar as fontes e transbordar os rios, deterioraram os climas, cercaram as cidades de zonas pantanosas e pestilentas; depois, quando a natureza profanada por eles, se lhes tornou hostil, tomam-na com raiva, e não podendo recompor-se como o selvagem que vivia nas florestas, deixam-se embrutecer pelo despotismo dos padres e dos reis (FERREIRA, 2006 p. 115).

Desse modo e com preocupação semelhantes, o debate ambiental evidenciado nas primeiras décadas do século XXI tem nas exposições acima um dos seus focos. A retomada da crítica da forma de produção da sociedade e as consequências dessas no espaço social são elementos históricos presentes nos debates travados nos movimentos sociais ao longo da história.

O DEBATE ATUAL DO CERRADO SOB A ÉGIDE DOS NOVOS PARADIGMAS

O Cerrado em suas características originais possuía uma área de mais de 2 milhões de km² que se estendia por vários estados brasileiros, dentre eles: Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Bahia, Maranhão e Piauí. O Cerrado é considerado o segundo grande bioma brasileiro, ficando atrás apenas da Floresta Amazônica. O Cerrado possui rica variedade de flora com mais de 7.000 mil espécies sendo a mais rica das savanas da qual o Cerrado faz parte.

No entanto, esse bioma passa por profundas transformações. Isso implica em discursos que versam sobre o processo de destruição rápido e intenso que supera ao da Floresta Amazônica. Nesse processo de destruição, o Cerrado já tem mais da metade de sua área original destruída e/ou altamente modificada. Só no Estado de Goiás a estimativa é que restem apenas 38% de áreas de Cerrado. Destaca-se a recente onda de “destruição” dos Cerrados brasileiros haja vista abranger as quatro últimas décadas do século XX e exacerba-se na primeira década do século presente.

Os motivos para essa destruição podem ser encontrados na forma como se tem desenvolvido e apropriação do espaço rural brasileiro. Tal espaço é marcado, historicamente, pela concentração de terra. Isso remete à estreita ligação com a estrutura fundiária pautada num modelo concentrador e excludente (para quem não

Building the way

possui a terra e as condições de acesso). Além disso, a intrínseca relação com as políticas públicas do Estado que direciona políticas a favor do sistema capitalista e de seus gestores. São ações que atuam como base orientadora e não disciplinar do uso (e desuso) do bioma Cerrado.

Diante da complexa realidade que envolve o desenvolvimento e a conservação de recursos naturais, essa proposição interpretativa que ora se coloca, propõe numa leitura dialética de pensar e avaliar quais as ações e de que formas essas concorrem dentro de modelos que visam impulsionar crescimento econômico em contraposição da preservação das potencialidades socioambientais locais.

A partir dos anos de 1970, o Estado inicia diversos programas de desenvolvimento do Cerrado baseados em uso intensivo de tecnologia e capital (Revolução Verde) e no preço baixo das terras favoráveis à mecanização e que compensavam os investimentos destinados à correção do solo. Cerca de 20 anos depois, o Cerrado já possuía grande importância na produção agrícola brasileira correspondendo à 25% da produção agrícola nacional (4% da soja, 1,6% do milho, 13,2% do arroz de sequeiro e 8,3% do café), conforme aponta Shiki (1995 *apud* RIBEIRO, 2005).

Segundo Ribeiro (2005), ações como as que constituíram o Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) em 1975, que se estendia para além de terras goianas nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, fazia com que surgissem outros programas com propostas semelhantes. Caso do Programa de Cooperação Nipo-brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados (PROCEDER, I, II e III), iniciado em 1979 chega ao Estado de Goiás somente em 1985. Nesse período, o Cerrado emerge no cenário nacional sob novo paradigma que se assenta na capacidade produtiva, rompendo com estruturas de décadas anteriores (século XX) que considerava o Cerrado como um *sertão* pobre e improdutivo.

Esse novo paradigma de “produtividade”, afirma a necessidade, implemento e desenvolvimento de pesquisas tecnológicas por meio de ações que se voltam para corrigir a acidez e baixa fertilidade do solo dos Cerrados. Daí a emergência em instituir, ideologicamente, o Cerrado como Celeiro do Brasil e o Estado de Goiás como referência na produção de grãos.

Para Graziano Neto (1986) a Revolução Verde e a intensificação da produção agrária no mundo, aumentaram a produção agrícola de produtos com

Building the way

valores comerciais atraentes. Ademais, contribuiu para o fortalecimento do Brasil no mercado de exportação estabelecendo relações com vários países do mundo. Fica claro, também, o interesse hegemônico da conjuntura internacional da época no que tange à produção e exportação de grãos pelo Brasil.

A força que se percebe desses paradigmas ao se tratar sobre o Cerrado encerram distintos momentos históricos. Primeiramente a lógica de produção se prende ao paradigma de desenvolvimento endógeno e de caráter de abastecimento do mercado interno. A *posteriori*, mecanismos de cunho comercial/exportador que redefine os propósitos conjunturais no que se referem a apropriação do cerrado por meio das instituições sejam elas públicas e/ou privadas.

Esse último momento decorre da visão pragmática do “desenvolvimento” no contexto das dinâmicas de crescimento socioeconômico, bem como naquelas que versam sobre práticas de conservação e proteção permeadas pelo desenvolvimento sustentável. Daí perscrutar como as bases locais atuam frente aos modelos de desenvolvimento, e pontuar como esses primeiros se apresentam em conformidade com o paradigma universalizante de desenvolvimento sustentável no Estado de Goiás.

A conjuntura internacional que emergiu após a conferência de Estocolmo em 1972 inseriu no centro do debate internacional as questões ambientais. Os organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o surgimento de organizações não governamentais iniciaram um debate crítico ao modelo de apropriação dos recursos naturais disponíveis no planeta.

Esses debates foram acentuados nas décadas posteriores em decorrência dos fenômenos atípicos. São eventos adversos de origem físico-natural vistos em catástrofes de escala variada como desastres ambientais que tiveram seu epicentro associado as ações antrópicas.

As novas alternativas para evitar o estresse ambiental apontam para o ressurgimento das discussões a respeito desse tipo de desenvolvimento, chamado sustentável, que já fazia de ideias vinculadas ao final do século XIX por Pinchot (*apud* DIEGUES, 1996). Para esse autor, se fazia necessário um amplo debate sobre o desenvolvimento a qualquer custo e propunha a conservação dos recursos naturais apoiado em três princípios: o uso de recursos naturais pela geração presente, a

Building the way

prevenção do desperdício e o desenvolvimento dos recursos naturais para muitos e não para poucos cidadãos.

Dentro do paradigma que tem como princípio a questão da preservação de recursos para as gerações futuras, a Rio 92 ou ECO-92, deu ao Brasil uma posição de destaque, uma vez que o mesmo se notabilizou por ter sido um dos principais países a rever suas políticas públicas para preservação ambiental. O bioma do Cerrado ainda não se destacava como um dos principais temas na pauta das discussões na conferência. Deixado em segundo plano, as principais reflexões e preocupações se davam em torno da Amazônia com importantes contribuições teóricas e técnicas.

O Cerrado, em foco, era tido e representado como modelo negativo de destruição e mal-uso de um importante bioma brasileiro. Foi um momento importante para a publicização dos processos destrutivos que vinham sendo realizados nas regiões de Cerrado. Dividindo espaço com a face produtiva do cerrado, têm-se graves problemas ambientais presentes nesse bioma. Dentre tantos, citam-se o desmatamento, os processos erosivos e o comprometimento das redes de drenagem como os que estão sempre em evidência.

Pode-se afirmar, com certeza, que os problemas ambientais são os únicos fatores que, de fato, estabelecem uma concorrência no tempo de inserção na mídia quando comparamos com a divulgação dos sucessivos recortes da produção agrícola no Cerrado. A emergência do Cerrado como bioma a ser preservado para a *nova ordem* ambiental mundial coloca Goiás como um dos Estados centrais nessa discussão. Seus recursos naturais, sua biodiversidade e a relação cultural dos povos do Cerrado congregam elementos essenciais para estudar a preservação e o desenvolvimento desse bioma dentro de uma lógica sustentável.

A opção de realização de estudos centrados nos Cerrados goianos, se dão pela importância deste no conjunto de biomas brasileiros, a necessidade de identificar e analisar quais projetos existem no Estado que podem ser considerados sustentáveis e, ainda, analisar as formas de inserção desses projetos no tocante as reais possibilidades de viabilização, possíveis limites e entraves além do apoio da sociedade e de órgãos públicos nas esferas municipais, estaduais e federais para que os mesmos se efetivem.

O desenvolvimento sustentável, na visão de Sachs (2002), teria como objetivo principal o estabelecimento do aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações. Para isso, seria necessário desenvolver formas aplicadas de aproveitamento local em que a população incorpore a necessidade de preservar a biodiversidade e garanta os elementos necessários à sobrevivência humana. A compreensão do que vem a ser a biodiversidade no que tange ao Cerrado em Goiás e sua viabilidade econômica, urge como desafio central dessa proposta. Já que, a sustentabilidade material é um dos grandes desafios do desenvolvimento sustentável.

Para Alier (2007) a emergência de uma economia ecológica emerge pela forma de percepção social do ecossistema. Nessa perspectiva, é possível desenvolver uma forma de apropriação mais racional do ponto de vista social. Outra perspectiva inserida nessa análise é o papel do Estado frente essas pressões e sua atuação na gestão e criação de políticas públicas voltadas para o paradigma hegemônico da sustentabilidade, já que o surgimento das ONGs fez com que os projetos que visam a preservação ambiental sejam dominantes.

A intensificação da presença de ONGs em atividades socioambientais foi tendência constante durante a onda neoliberal. Os discursos de que o Estado não poderia e não deveria cuidar de determinadas questões serviram para o crescimento dessas instituições. Segundo dados da Rede Cerrado de Organizações Não Governamentais (RCONG), são mais de 300 entidades identificadas com a causa socioambiental no Cerrado. Estas representam trabalhadores/as rurais, extrativistas, indígenas, quilombolas, gerazeiros, quebradeiras de Coco, pescadores, ONGs entre outros.

AS POSSIBILIDADES DE PRESERVAÇÃO E SEUS LIMITES

Conforme Gonçalves (1996), a categoria natureza concebida pelo capitalismo tem produzido oposição entre sociedade e natureza. Nesse embate, a visão de sistema tem sido absorvida produzindo um processo de destruição nunca visto em outros períodos da história humana.

Segundo Mooney (2002), para entendermos o processo de destruição da natureza devemos partir da concepção de três conceitos explicativos dessa realidade:

- Erosão cultural e ambiental;
- Tecnologia em seu papel transformador das sociedades e a
- Concentração do poder empresarial e do domínio de classe.

Tais processos, de forma interligada, podem ser identificados pela sigla ETC - Erosão – Tecnologia – Concentração. Visto que a

[...] Erosão inclui não apenas a erosão genética e a erosão de espécies, solos e da atmosfera, mas também a erosão do conhecimento, a erosão global das relações equitativas. Tecnologia apresentada através da biotecnologia, nanotecnologia a informática e as neurociências, processos desencadeados pela terceira revolução industrial, que constituem atualmente juntamente com a indústria bélica os maiores gastos de empresas e estados, sendo muitas dessas pesquisas condicionadas a modificar o ambiente conforme nós conhecemos. A concentração refere-se à reorganização do poder econômico em mãos dos oligopólios globais da alta tecnologia, os centros decisórios da economia mundial estabelecem redes de decisões que se localizam a milhares de quilômetros de distâncias dos locais onde esses processos ocorrem, reafirmando uma nova divisão do trabalho. (MOONEY, 2002, p.16-7).

A interligação da ETC atinge os mais remotos espaços do mundo implementando uma lógica capitalista que desloca o debate da natureza como apropriação para as necessidades humanas. Isso indica a criação de valores que elevem os processos de concentração de riqueza, fenômeno esse percebido com os resultados da chamada Revolução Verde.

Já são de conhecimento amplo os erros apregoados pelos princípios da Revolução Verde na África, na Ásia e na América Latina, lugares em que a modernização da agricultura jamais chegou aos pequenos produtores. Ao contrário, provocou o êxodo rural e consolidou o modelo da monocultura mecanizada de exportação. (GOMES, 2008, p. 328).

O território torna-se o principal palco dessas ações com diferentes agentes que remodelam o espaço em diversas territorialidades. Conforme essa lógica disforme e seus empreendimentos sofrem resistências que tendem a tencionar tal modelo de desenvolvimento ou d serem incorporados dentro da lógica do próprio sistema.

O território como categoria tradicional da Geografia frente a essa nova dinâmica espacial ambientalista, incorpora outros agentes modeladores além do Estado. São as ONGs, Corporações Internacionais, Movimentos Sociais e Culturais

Building the way

etc. Nesse invólucro pesa as análises das relações e conceitos sobre território que enfoque as relações de poder existente nesse movimento. Nesse espectro, o território passa a ser compreendido enquanto “arena” de conflitos e dissensões.

Autores como Castilho e Chaveiro (2010) e Gomes (2008) procuram em suas análises entender a múltipla utilização da categoria território bem como compreender como agem esses atores responsáveis pelas fortes transformações espaciais.

Portanto, numa escala regional, o Cerrado é influenciado por uma lógica territorial em que o Estado, as empresas e o capital moderno desempenham papéis primordiais. Mas também há os múltiplos territórios ou territorialidades constituídos pelas relações de poder que estabelecem numa escala local. É o nível em que se estabelecem as multiterritorialidades, as quais se constituem como resistências frente à modernização. Por isso, o Cerrado, além de ambiente transformado, também é um ambiente onde os movimentos sociais se contrapõem ao modelo econômico implantado. (CHAVEIRO; CASTILHO, 2010, p. 46).

A escala local, apresentada pelos referidos autores, permite a introdução da categoria lugar como outro elemento a ser estudado nesse trabalho. A conotação de lugar, não como pura e simples representação do espaço global, mas, como local de resistências contidas em expressões de objetividades e subjetividades, mais que uma determinação locacional, o lugar no Cerrado é a representação de formas de apropriação da natureza relacionadas aos seus agentes modeladores.

Assim, o lugar na lógica de apropriação de grupos indígenas, populações cerradeiras entre outras minorias difere das representações dos grandes projetos relacionados ao agronegócio bem como das propagandas do Estado de Goiás que utilizam a mecanização do campo e a produção de grãos como elementos da modernidade e do progresso. Contudo, a modernidade e o progresso devem ser analisados pelos efeitos que esses produzem na devastação socioambiental que o Cerrado sofre.

[...]Carregam na maior parte das vezes, pela sua características longo processos de convivência/aprendizado/adaptação com a natureza e pela sua lógica não estritamente mercantil, modos de vida e produção testados pelo tempo, não só compatíveis como demonstrativos do conceito de sustentabilidade. Seu inimigo, entretanto, é o processo expropriador e homogeneizante do modelo monocultor-exportador de expansão da fronteira agrícola que vai desterritorializando as populações e liquidando com o Cerrado-habitat (agri-cultura) para afirmação do Cerrado-mercadoria (agronegócio). O Cerrado-habitat é a casa, o lugar de viver de habitar, de criar

hábitos. Carrega o sentido de espaço vívido, preenhe das significações materiais e simbólicas que conformam essas territorialidades camponesas. O agronegócio transforma o lugar em não lugar, paisagens heterogêneas e específicas em paisagens homogêneas e industriais. O espaço vívido se torna espaço de exploração, suporte físico da produção de mercadorias que alimenta o circuito da economia global. O que rege o lugar não é mais a identidade local, forjada na convivência com os ecossistemas e sim o mercado agroalimentar global e as corporações transnacionais que comandam hoje essas cadeias produtivas. (SILVA, 2005 p. 228-29).

Para Chaveiro e Calaça (2008), esse processo pulveriza a identidade Goiana, produzindo uma cultura e um consumo que se distancia da fonte alimentar oferecida pelo próprio bioma, além de reafirmar o discurso que a modernização e progresso são sinônimos relacionados a destruição do Cerrado.

Voltar-se para o Cerrado é pensar e agir em torno de matrizes biotecnológicas próprias do ambiente permitindo uma maior independência em relação ao modelo de ciência eurocêntrico.

O desenvolvimento sustentável surge, a princípio, como uma das possibilidades para contrapor os processos regidos pelo modo de produção capitalista em relação a produção do agronegócio em Goiás. Porém, cabe ressaltar que o processo de desenvolvimento sustentável tem um viés mais profundo e complexo. As relações desenvolvidas no capitalismo tendem a incorporar demandas sociais que se contrapõem ao próprio sistema correndo o risco de transformar a luta pela preservação do Cerrado em um grande negócio.

[...] “O segredo econômico na região do Cerrado é o próprio Cerrado. Aqui, existem frutas, sementes e fibras com alto poder comercial. A França, por exemplo, exporta queijos e vinhos, cuja produção condiz com a paisagem em redor”, compara. Para Cavalcanti, não se trata de simples competição comercial, mas sim, da sobrevivência do bioma, ameaçado pela constante ação humana (CORREIO BRAZILIENSE, 11 de setembro de 2011).

O depoimento do professor de zoologia da Universidade Nacional de Brasília (UNB), Roberto Cavalcanti, sintetiza o entendimento que muitos tem em relação ao desenvolvimento sustentável dentro das estruturas do modo de produção capitalista, o chamado “capitalismo verde”.

Nesse paradigma a criação de mercadorias locais para o exterior seria a forma de preservação sem, contudo, questionar o modelo de produção, desenvolvendo as chamadas marcas geográficas, na qual a fabricação do produto

Building the way

leva em conta a singularidade geográfica e os elementos culturais dessa fabricação ajudam a agregar valor à *mercadoria* final.

Resultados de estudos e pesquisas dão conta de informações que questionam o paradigma dito “capitalismo verde” quando analisado por diversas organizações sociais. A conclusão a que se chegou foi que a sociedade se encontra em um estado de alienação e ausência das práticas históricas produzidas. Em particular nessa pesquisa, vê-se que a repercussão das ações humanas na chamada natureza são intensar e desastrosas. Por esta razão busca-se uma conscientização mais pontual e ciente dos perigos eminentes apregoados pela ideologia da “marcha para o progresso via natureza”. Não menos, questiona-se: Temos que ser conscientizados? Não importa. Ou será que importa?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora caracterizada pela segmentação e pela diferença, a sociedade, em todas as suas dimensões, será contemplada pelas vantagens obtidas no bojo deste movimento rumo ao crescimento e desenvolvimento econômico. E, este movimento exige um ordenamento. Um ordenamento que apresenta várias dimensões. Uma destas dimensões se dá no sentido territorial. Para que as bases do desenvolvimento sejam estabelecidas torna necessária a instauração de uma “sincronia” entre os segmentos que compõem a sociedade e o território.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento das atividades do homem sobre a natureza irá manifestar uma série de configurações territoriais que podem ser consideradas expressões materiais de seu trabalho. O homem, ao definir o ordenamento a ser dado ao território está definindo, também, como o seu trabalho será realizado.

Contudo, deve-se destacar que a forma manifestada espacialmente não é definida pelo homem que a materializará na natureza, como também o objeto que será produzido não será uma expressão da história deste homem com o lugar em que se dará a produção. “Com isso, a relação dos homens com a natureza é excluída da história, o que engendra a oposição entre natureza e história” (MARX; ENGELS, 1989 p. 57).

REFERÊNCIAS

ALIER, Joan Martínez. **O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais linguagem de valoração**. Trad. Mauricio Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

CHAVEIRO, E.F; CASTILHO, D. **Por uma análise territorial do Cerrado**. In: PELÁ, Márcia, CASTILHO, D. (Orgs.). Cerrados: perspectivas e olhares. Ed. Vieira, 2010.

CHAVEIRO, E.F; CALAÇA, M. **A dinâmica demográfica do Cerrado: O território goiano apropriado e cindido**. In: GOMES, Horieste (Coord.). Universo Cerrado. Goiânia, UCG, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERREIRA, José Maria Carvalho. **Élisée Reclus: vida e obra de um apaixonado da natureza e da anarquia**. Verve: n. 10, p. 109-134, 2006. Disponível em: < <https://colectivolibertarioevora.files.wordpress.com/2013/01/c3a9lisc3a9e-reclus-por-josc3a9-maria-carvalho-ferreira.pdf> >. Acesso em: 2 de out. de 2017.

FOSTER, John Bellamy. **A Ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Trad. Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (dê)s caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1996.

GOMES, Horiestes. **A nova matriz espacial do território goiano**. In: ____ (Coord.). Universo do Cerrado. Goiânia, UCG, p.353-376, 2008.

CORREIO BRAZILIENSE: **O dia do Cerrado**. Suplemento especial: Brasília, 11 de set. de 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MOONEY, Pat Roy. **O século 21: erosão, transformação tecnológica e concentração do poder empresarial**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

NETO, Graziano Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Da “largueza” ao “cercamento”: um balanço dos programas de desenvolvimento do Cerrado**. In: ZHOURI, Andrea (Org.). A insustentável leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005.

Building the way

RECLUS, Elisée. **Da ação Humana na Geografia Física**. Trad. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo, Imaginário, 2010.

SACHS, Ignácio. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Paula Yone Stroh (Orgs.). Trad. José Lins Albuquerque Filho. Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. **Lugar-habitat e lugar-mercadoria: territorialidades em tensão no domínio dos cerrados**. In: ZHOURI, Andrea (Org.). *A insustentável leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005.